



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

159
E

Recurso de agravo no agravo de instrumento nº 322390-9 – Comarca de Caruaru

Agravante: Espólio de Manoel Soares de Almeida, representado pela inventariante Iranil Simões de Almeida.

Agravado: Município de Caruaru.

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM EXECUÇÃO FISCAL. REJEIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CONTROVÉRSIA QUANTO À VALIDADE DA CITAÇÃO (RECEBIDA POR PESSOA DIVERSA DO EXECUTADO) E À OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ALEGAÇÕES INCONSISTENTES. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Em relação à suposta nulidade do ato citatório, realizada em 05/11/2002, conforme documento de fls. 38, certificou haver citado Iranil Simões de Almeida, a qual, apresentando-se como representante legal do espólio, condição expressamente consignada na certidão de citação, de Manoel Soares de Almeida, após a sua ciência no rosto do mandado, recebeu a contra-fé que lhe foi oferecida e, não tendo havido o pagamento nem a garantia da execução, assinou o auto de penhora, ficando intimado para a apresentação de embargos (fl. 39). 2. Diante desse cenário, e tratando-se de análise circunscrita aos limites inerentes à exceção de pré-executividade, há de se presumir a regularidade da citação em comento, especialmente pela fé pública de que goza a certidão lavrada pelo oficial de justiça, corporificando, portanto, ato processual idôneo a interromper o curso da prescrição. 3. Ademais disso, cumpre registrar que o falecimento do executado originário ocorreu em 30/10/2001 (fl. 15) e a abertura do inventário dos bens por ele deixados somente se deu no ano de 2012, com a nomeação da inventariante em 03/05/2012 (fl. 64). 4. Depois de realizada a citação nos moldes acima descritos, não houve, no curso da execução, nenhuma paralisação superior a 05 (cinco) anos, não sendo possível atribuir, para fins de decretação da prescrição intercorrente, a demora no andamento do feito à Fazenda Pública (CTN, art. 174, p. único, I). 5. Desta forma, o atraso na prestação jurisdicional de origem não se deu por culpa ou concorrência do fisco municipal, mas sim por dificuldades do aparelho judiciário, razão pela qual não deve ser punido o ente municipal, como acertadamente decidiu o juízo de piso. 6. Recurso de agravo improvido à unanimidade.

✓

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo na apelação cível nº 322390-9, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data por unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 3 de julho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

160
a

Recurso de agravo no agravo de instrumento nº 322390-9 – Comarca de Caruaru

Agravante: Espólio de Manoel Soares de Almeida, representado pela inventariante Iranil Simões de Almeida.

Agravado: Município de Caruaru.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante decisão terminativa no agravo de instrumento que rejeitou a exceção de pré-executividade na origem, no sentido de afastar a alegação de prescrição do crédito executado, inclusive a intercorrente, determinando o prosseguimento do feito executivo.

Nas razões, de fls. 123/136, o agravante aduz a invalidade da citação promovida na execução originária, na medida em que recebida por pessoa diversa do executado, e em razão do falecimento do executado no curso do processo teria ocorrido o redirecionamento tácito da execução para o respectivo espólio.

Afirma também que em não tendo havido a citação válida do executado, não seria possível redirecionar a execução contra o espólio, devendo o exequente emitir nova CDA e aforar outra execução fiscal; e que diante da ausência de causas interruptivas, o crédito exequendo estaria atingido pela prescrição quinquenal.

Ao final requereu o provimento do recurso, para reformar em definitivo a decisão de origem.

É o relatório.

VOTO

Não há que prosperar a suposta nulidade do ato citatório, vez que o oficial de justiça responsável pela diligência, realizada em 05/11/2002, conforme documento de fls. 38, certificou haver citado Iranil Simões de Almeida, a qual, apresentando-se como representante legal do espólio, condição expressamente consignada na certidão de citação, de Manoel Soares de Almeida, após a sua ciência no rosto do mandado, recebeu a contra-fé que lhe foi oferecida e, não tendo havido o pagamento nem a garantia da execução, assinou o auto de penhora, ficando intimado para a apresentação de embargos (fl. 39).

Diante desse cenário, e tratando-se de análise circunscrita aos limites inerentes à exceção de pré-executividade, há de se presumir a regularidade da citação em comento, especialmente pela fé pública de que goza

~

a certidão lavrada pelo oficial de justiça, corporificando, portanto, ato processual idôneo a interromper o curso da prescrição.

Ademais disso, cumpre registrar que o falecimento do executado originário ocorreu em 30/10/2001 (fl. 15) e a abertura do inventário dos bens por ele deixados somente se deu no ano de 2012, com a nomeação da inventariante em 03/05/2012 (fl. 64).

Depois de realizada a citação nos moldes acima descritos, não houve, no curso da execução, nenhuma paralisação superior a 05 (cinco) anos, não sendo possível atribuir, para fins de decretação da prescrição intercorrente, a demora no andamento do feito à Fazenda Pública (CTN, art. 174, p. único, I).

Desta forma, o atraso na prestação jurisdicional de origem não se deu por culpa ou concorrência do fisco municipal, mas sim por dificuldades do aparelho judiciário, razão pela qual não deve ser punido o ente municipal, como acertadamente decidiu o juízo de piso.

Neste sentido, a Súmula nº 106 do STJ abaixo citada:

Súmula 106 do STJ – Proposta a ação no prazo fixado para o exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento de decadência ou prescrição.

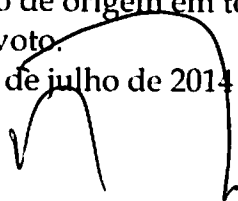
Assim também a jurisprudência do STJ, senão vejamos:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS INFORMADAS EM DECLARAÇÃO. DÉBITO DECLARADO E NÃO PAGO. DEMORA NA CITAÇÃO. MECANISMO JUDICIÁRIO. PRESCRIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. SÚMULAS 106 E 07/STJ. 1. Em se tratando de tributo lançado por homologação, ocorrendo a declaração do contribuinte e na falta de pagamento da exação no vencimento, mostra-se incabível aguardar o recurso do prazo decadencial para o lançamento. Tal declaração elide a necessidade da constituição formal do débito pelo Fisco, podendo este ser imediatamente inscrito em dívida ativa, tornando-se exigível, independentemente de qualquer procedimento administrativo ou de notificação ao contribuinte. 2. "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência" (Súmula 106/STJ). 3. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ). 4. Recurso especial improvido (REsp 795764/PR, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 06/03/2007).

Pelo exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, mantendo-se a decisão de origem em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 3 de julho de 2014


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator